



O fenômeno da evasão estudantil no ensino superior

The phenomenon of student evasion in higher education

Willame Anderson Simões Rebouças

Universidade Federal do Rio Grande (FURG), 0000-0003-0269-2824

willameanderson@gmail.com

Mirthis Yammilit da Conceição Almeida

Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza, 0519270076896835

mirthisyammilit@gmail.com

Iasmin da Costa Marinho

Universidade Estadual do Ceará (UECE), 9314994660443365

iasmin.costa@uece.br

Resumo

O presente artigo tem por objetivo debater o fenômeno da evasão estudantil no ensino superior a partir da literatura nacional. Enquanto procedimentos metodológicos, assumimos a abordagem qualitativa e o viés bibliográfico. Nosso estudo bibliográfico deu-se a partir das plataformas: Scientific Electronic Library Online e o Google Scholar, nelas as buscas foram delimitadas pelos temas: evasão estudantil; ensino superior; acesso e permanência; e educação superior. A pesquisa emerge da reflexão acerca da ampliação do acesso ao ensino superior, induzido por políticas públicas que modificaram a realidade do ensino superior com a oportunidade de acesso das camadas populares e minorias sociais a este nível de ensino, desde sua origem elitizado. No entanto, acesso tem como par indissociável a permanência e seu contrário, a evasão, foco de nosso texto. Consideramos que o combate à evasão é uma postura política, cultural e didático-pedagógica que precisa ser construída e orientada por cada realidade institucional.

Palavras-chave: Acesso, Permanência e Evasão; Evasão no Ensino Superior; Evasão Estudantil.

Abstract

The aim of this article is to discuss the phenomenon of student evasion in higher education based on national literature. As methodological procedures, we took a qualitative approach and a bibliographic bias. Our bibliographic study was based on the following platforms: Scientific Electronic Library Online and Google Scholar, where searches were limited to the following themes: student evasion; higher education; access and permanence; and higher education. The research emerges from the reflection on the expansion of access to higher education, induced by public policies that have changed the reality of higher education with the opportunity for the lower classes and social minorities to access this level of education, since its elitist origin. However, access is inseparably linked to permanence and its opposite, evasion, which is the focus of our text. We believe that combating dropout is a political, cultural and didactic-pedagogical stance that needs to be built and guided by each institutional reality.

Keywords: Access, Permanence and Evasion; Dropout in Higher Education; Student Dropout.

1 Introdução



O acesso da população brasileira ao ensino superior público tem se intensificado bastante entre as últimas décadas, representando avanços sociais e políticos no contexto educacional vigente (PAULA, 2017; SOUZA; LAPA; MAFRA, 2018). No âmbito histórico, precisamente, no período entre 1808 a 2010, as formas de acesso à educação superior atravessaram por momentos de ampliação e contenção. Os momentos de ampliação se deram com exames preparatórios, onde havia maior facilidade das provas, e uma expansão dos cursos e instituições superiores. Já os momentos de contenção resultam de exames habilitatórios, com maior dificuldade de conteúdos, combinados ou não com processos classificatórios.

Assim, os estudos demonstram que, o movimento político-institucional do Estado Brasileiro, na via da contenção do acesso às Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, ocasionaram no problema das vagas ociosas em cursos de menor privilégio. Como iniciativa para suprir essas vagas, fora criado, na década de 1960, o exame unificado – modelo que inspira o contemporâneo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) –, todavia, novamente fora afunilado o acesso em 1977, com a retomada dos concursos vestibulares, como a LDB abriu margem para os processos seletivos (seriados), as IES diversificaram-se, com mais de uma seleção (OLIVEIRA, 2014; SANTOS; FREIRE, 2022).

Vale salientar, sob a ótica geopolítica, um dado indispensável da realidade, ou seja, o reconhecimento de que a oferta do ensino superior no Brasil ficou historicamente restrita aos grandes centros urbanos, predominantemente, ao eixo Sul-Sudeste, um fenômeno de desigualdade sócio espacial dos grandes centros de conhecimento que em si representa uma barreira histórica às populações interioranas de acessarem as IES a depender de fatores financeiros de cada um, de modo geral. Dito isso, tem-se que a expansão do ensino superior apresenta duas dimensões, nas quais, a primeira delas demonstra um aumento considerável com relação ao número de vagas ofertadas, e, a segunda, apresentando uma desconcentração desta oferta, graças a uma melhor distribuição das vagas, sobretudo, entre as cinco grandes regiões do Brasil e, também, no que diz respeito às zonas rurais e urbanas (OLIVEIRA, 2014; PAULA, 2017; GANAM; PINEZI, 2021).

Seguindo, podemos refletir, que o acesso em geral, desde a origem do ensino superior público em 1808 no período imperial, fora marcadamente um espaço restrito às elites e seus interesses, ou seja, uma relação histórica de privilégios, onde apenas o percentual da elite possuíam condições materiais e subjetivas para realizar os exames de ingresso e,



consequentemente, manter-se nos cursos, e concluir. Para as camadas populares – minorias sociais – o ensino superior é uma realidade muito recente, impondo desafios nunca vividos pelas IES, acreditamos que essa mudança de realidade só foi possível pela construção de políticas públicas que flexibilizaram barreiras institucionalizadas no projeto de sociedade conduzido no Estado Brasileiro, dentre elas, podemos citar o fato do ensino médio alcançar o patamar de direito 2009 através da Emenda Constitucional/59, conquista inusitada e tardia. Outra conquista inusitada são as políticas afirmativas, uma legislação de cotas com a lei 12.711/2012 e a lei 12.990/2014, ambas, em reconhecimento da dívida histórica no que diz respeito às pessoas com deficiência, pobres, pretas e pretos, indígenas, etc. Isto representa, então, uma caminhada sob a ótica da reparação, sobretudo, tendo em vista o racismo estrutural, a xenofobia e a aporofobia, que tanto assombram, ainda, o contexto vigente da sociedade (OLIVEIRA, 2014; REBOUÇAS; MARINHO; SILVA, 2022; SILVA; SAMPAIO, 2022).

Outrossim, os avanços mais robustos na relação de acesso e permanência como via de democratização deste nível de ensino, se deram nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) com Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016). Tal partido diminuiu não apenas a distância social entre classes no território nacional, mas, também, tem-se que as principais ações se observam com: a reformulação do ENEM; reformulação do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES); criação do Programa Universidade Para Todos (PROEUNI); criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) com a expansão e interiorização das IES públicas; criação do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) com subsídios para moradia, creche, transporte, alimentação etc. aos estudantes baixa renda; Programa Ciências Sem Fronteiras com o custeio dos intercâmbios em universidades estrangeiras; Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) investimento nos cursos de formação de professores, dentre outras (OLIVEIRA, 2014; SILVA; SAMPAIO, 2022).

Entre as ações efetuadas durante o Governo Lula, os autores Silva e Sampaio (2022) destacam no ano de 2010, o SiSU, “que facilitou o processo de ingresso de alunos nas universidades” (SILVA; SAMPAIO, 2022, p. 604), esse sistema digital aplica automaticamente aos cálculos a legislação de cotas, e permite que os estudantes observem as notas de corte, modifiquem suas candidaturas caso necessário, cria listas de espera. Os exemplos de políticas e programas supracitados demonstram uma combinação estadista de políticas de expansão das IES públicas, e o estabelecimento de novas diretrizes de acesso e permanência, estas vias de



democratização vão pintando a universidade de povo, povo que cria ciência e que assume perspectivas críticas e/ou insubmissas. Segundo Santos e Freire (2022) esses avanços são fruto das lutas e reivindicações dos movimentos populares, herança de luta das gerações anteriores, legado que resiste em defesa da educação em todos os níveis, da educação básica até a educação superior. No entanto, mesmo com estes avanços, uma preocupação permanente é o fenômeno da evasão, tema central de nossa pesquisa acadêmica. Assim, propõe-se a seguinte problemática: quais as condições propícias para a evasão estudantil no ensino superior no Brasil?

A partir das colocações ora apresentadas, o artigo em tela objetivou debater criticamente o fenômeno da evasão estudantil no ensino superior na literatura nacional. Para tanto, assumimos como procedimentos metodológicos a abordagem qualitativa e o estudo bibliográfico, no qual, elegemos produções científicas de duas bases de dados: Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Google Scholar (Google Acadêmico). Ressaltamos a relevância deste trabalho a partir da proposta de construir um debate alinhado a preocupações recorrentes em nosso cotidiano, pois, a evasão é um problema frequente e atual e que ainda não foi vencido. Dessa forma, divulgar e debater tal fenômeno são ações essenciais para, também, combatê-lo. O interesse pessoal pelo tema teve como principal subsídio o engajamento em pesquisas anteriores: a monografia intitulada *Acesso e permanência da comunidade LGBTQIAP+ ao ensino superior: a voz da representação estudantil da UERN*, concluída em 2022; e a iniciação científica com o projeto *A Gestão das Desigualdades em contexto pandêmico: recortes sobre o perfil socioeconômico e acesso às políticas institucionais dos estudantes da FE/UERN*, concluída em 2021, ambas realizadas durante o curso de licenciatura em pedagogia da Faculdade de Educação (FE) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), situada no Campus Central em Mossoró. Para mais, o trabalho se justifica com o intuito de gerar contribuições no fortalecimento do debate crítico acerca do fenômeno da evasão no ensino superior.

2 Metodologia

Esta pesquisa é um estudo de abordagem qualitativa, que para Creswell (2007) são pesquisas cujo fazer científico dá-se no âmbito dos fenômenos sociais, considerando aspectos comportamentais, ideológicos, políticos, culturais, geográficos, credos, etc. Com isso, elegemos



o estudo bibliográfico como procedimento, tendo em vistas o acúmulo de debate sobre a evasão nas últimas décadas.

Segundo Marconi e Lakatos (2003) a revisão bibliográfica estabelece a possibilidade de analisar diferentes perspectivas acerca de um mesmo tema, além de que, permite haver o comparativo entre os resultados encontrados, aumentando a proximidade entre o pesquisador e seu objeto de estudo. Como fonte para o levantamento dos trabalhos científicos, elegemos: Scientific Electronic Library Online (SciELO); e Google Scholar (Google Acadêmico). A escolha por esses dois bancos de dados se justifica a partir da praticidade na hora buscar as produções, pois, são bibliotecas on-line onde as revistas científicas nacionais estão indexadas.

Os critérios levados em consideração durante a delimitação dos materiais para análise foram a relevância dos trabalhos e a proximidade das obras ao tema deste estudo, critérios identificados a partir da leitura dos títulos, resumos, objetivos e dos principais resultados das produções. Aplicados os critérios de escolha e exclusão realizamos o estudo integral das obras, como técnica de análise assumimos a análise temática, cujos resultados apresentamos na seção a seguir.

3 Resultados e Discussões

Quando pensamos no papel de uma Instituição de Ensino Superior, temos, antes de tudo, que é uma instituição social e, como tal, tem o compromisso com a formação de profissionais de qualidade, assim como, com o incentivo e cultivo do saber humano. Amparada pelo ensino, pesquisa e extensão, a educação superior visa alternativas voltadas à capacitação profissional e, conseqüentemente, social, qualificando profissionais para atuar nas mais diversas áreas da sociedade (COSTA; GONÇALVES, 2020; NEGRÃO; SANTOS, 2020; BARROS; NETO, 2022).

Todavia, mesmo com os incentivos a partir da formação de nível superior, são altos os índices de estudantes que iniciam, mas não concluem a graduação, realizando, posteriormente, o abandono do curso em determinado momento da formação. Com isso, tem-se que “Apesar do acesso ao ensino superior no Brasil ter sido ampliado, ainda estamos longe da sua universalização” (SILVA; PESSANHA; COSTA, 2018, p. 222), vez que, questões iniciais ainda não foram solucionadas, como é o caso da evasão estudantil nas Instituições de Ensino Superior.



Sabe-se que a rotina acadêmica implica uma série de adaptações na vida dos estudantes, como, por exemplo, as condições de deslocamento até a universidade, recursos para a participação em atividades específicas de cada curso, a necessidade de horários extracurriculares para o estudo dos assuntos vistos em aula, entre outras adequações necessárias (AÑAÑA, 2020). Nessa perspectiva, Tontini e Walter (2014, p. 94) apontam que “Para permanecer estudando, os alunos igualmente necessitam de condições favoráveis, pois, do contrário, serão impelidos a desistir do curso”. Assim, compreende-se, de início, que a permanência no ensino superior encontra desafios cotidianos, pois, os alunos podem sentir uma série de dificuldades com relação a esses processos de adaptação. Além disso, para além das exigências de cada curso, fora da universidade os estudantes enfrentam realidades desconhecidas pela academia, o que também pode comprometer a questão da permanência (BUENO, 1993).

A par disso, é essencial produzir o questionamento acerca das condições para a permanência estudantil no ensino superior, sobretudo, tendo em vista o quão séria é a problemática da evasão (CHAUI, 2003; SANTOS; FREIRE, 2022). Segundo Garcia, Lara e Antunes (2021), existem uma série de alternativas para explicar o fenômeno da evasão no ensino superior, o que também é apontado por Bueno (1993, p. 13):

a evasão enquanto parte de uma questão mais ampla da escolha profissional não se contém em poucos aspectos, mas se caracteriza por um conjunto de fatores, que são multiplicativos e que vão definir as atitudes e motivações do estudante universitário

A partir das colocações de Bueno (1993), tem-se a evasão estudantil como uma questão social, pois, aqueles estudantes que ingressaram na universidade e que, em dado momento, se encontram em processo de distanciamento desse espaço, podem muito bem estar sendo forçados a exercer o afastamento acadêmico, sobretudo, por razões que fogem do alcance da universidade (GARCIA; LARA; ANTUNES, 2021). Para Garcia, Lara e Antunes (2021), a evasão é uma questão que afeta, além dos estudantes, a sociedade, pois, com a desistência do aluno em relação ao curso, a sociedade perde também um excelente profissional.

Isso em vista, a evasão é um fenômeno multidimensional, ou seja, que pode ocorrer sob a influência de múltiplos fatores e/ou situações. Nas palavras de Garcia, Lara e Antunes (2021, p. 114) “a evasão no ensino superior é um problema internacional” presente não apenas no território nacional, mas também no internacional. Nesse sentido, também é válido ressaltar que a evasão é uma questão possível a qualquer estudante, independentemente da modalidade de ensino em que se encontra ou de seu contexto socioeconômico. Porém, é importante refletir



acerca de determinadas situações e casos mais específicos que, por sua vez, têm uma maior possibilidade de vir ao encontro da evasão.

A questão da evasão é um problema que, na porção maior dos casos, ultrapassa os limites físicos da instituição de ensino, acorrentada por questões tantas, como: as responsabilidades atribuídas durante a gravidez ou da maternidade, que pedem a presença materna em grande parte do dia; a falta de conexão entre os conteúdos vistos em aula com os interesses dos estudantes; a necessidade imediata de geração de renda, onde, por vezes, o estudante tem de conciliar a dupla jornada entre trabalho-estudo; as (im)possibilidades de ir até a faculdade e, depois, voltar para casa; enfim, as variantes são incontáveis (BUENO, 1993). Desse modo, faz-se relevante estabelecer, cada vez mais, as discussões acerca do assunto, pois, como afirmam Garcia, Lara e Antunes (2021, p. 114), “a atuação institucional adquire importância estratégica para o controle da evasão”. Embora as Instituições de Ensino Superior não tenham o total alcance sobre a realidade dos graduandos, ações podem ser cultivadas entre os professores, como também pelas representações estudantis e outros componentes locais, com vistas a redimensionar a emergência da situação.

Uma outra questão mostra a evasão sob a perspectiva de um problema social, pois, uma parte considerável dos estudantes, em algum momento do curso, enfrentam alguma dificuldade que os leva a, pelo menos, pensar na evasão do curso, sendo que, alguns estudantes realmente acabam chegando ao abandono do curso. Isso se agrava ainda mais para aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social, sendo, este, o caso dos grupos e comunidades historicamente colocadas à margem da sociedade, como, por exemplo, os pobres, as mulheres, os negros, os LGBTQIA+, pessoas com deficiência, dentre outros. Inclusive, Silva e Sampaio (2022) apontam uma ressalva importante com relação ao papel das IES, afirmando que elas devem fornecer políticas de assistência estudantil não apenas para estudantes em situação de vulnerabilidade econômica, mas, também, para aqueles que estão à margem da sociedade.

Mediante a isso, tem-se que a desigualdade social ainda circula de maneira crítica, além de que, ainda há um forte impasse social com relação aos grupos marginalizados, o que, na porção maior das vezes, impacta diretamente no acesso aos serviços públicos por parte desses sujeitos que estão à margem, inclusive, com relação ao ensino superior. Medeiros (2021) e Medeiros e Medeiros (2022) apontam a desigualdade como uma falha na distribuição social de algo, de modo que, entre o todo, alguns recebem mais e outros menos, seja no sentido de acesso



a determinadas oportunidades, bens, tratamentos com dignidade, etc., gerando, assim, os parâmetros da vulnerabilidade.

Dito isso, entende-se que marcadores sociais como o gênero, a orientação sexual, a classe, a raça/cor, entre outros, ainda são violentados por diversos protocolos de depreciação social. Isso ocorre devido a uma série de fenômenos estruturalmente impostos entre a sociedade, implantados a partir da misoginia, do racismo, da aporofobia, da transfobia, da homofobia e entre outras manifestações de ódio (IRINEU, 2019; TAKARA, 2019). Todos esses protocolos de submissão social contribuem não apenas na questão da vulnerabilidade social, mas, também, na questão da evasão, pois, para aqueles grupos colocados à margem, o desafio da permanência no ensino superior dialoga tanto com as dificuldades acadêmicas como também com as dificuldades ocasionadas pela vulnerabilidade enfrentada em seu cotidiano. Vale ressaltar que a vulnerabilidade compreende diversos fatores, tais como: inserção social, níveis de desemprego, exposição à violência, entre outras questões que venham a interferir na segurança de alguém, ou, na continuidade da vida (MEDEIROS, 2021).

Para além das informações anteriores, é importante sublinhar que o fenômeno da pobreza também é de grande influência no processo de evasão estudantil (BUENO, 1993; SILVA, 2010; MEDEIROS, 2021). Segundo Neto (2014) e Silva e Sampaio (2022) os indicadores de evasão costumam estar associados, na grande maioria das vezes, aos estudantes em situação de baixa renda, o que ocorre justamente devido a influência da pobreza na vida desses sujeitos.

Souza, Lapa e Mafra (2018) também observam a influência do setor financeiro na vida dos estudantes, sobretudo, considerando o fator da desigualdade social, que ainda é recorrente em nossa sociedade. Para os autores, o sistema econômico desafia não só a permanência na universidade, mas também a própria sobrevivência desses estudantes, uma vez que o problema com a desigualdade é histórico. Nesse sentido, entende-se que, para estudantes com a classe econômica mais baixa, a evasão da universidade encontra números bem mais escandalosos, pois o setor financeiro afeta diretamente nas condições de se manter dentro daquele espaço e, conseqüentemente, na continuidade desses estudantes no curso ao qual estão vinculados.

Dando continuidade à questão da pobreza e da evasão no ensino superior, Paula (2017) afirma que os problemas financeiros são bem comuns entre a realidade estudantil, de modo que, quase todos os estudantes, em algum momento de sua formação, passam por esse tipo de dificuldade. Complementando, Zago (2006) percebe que os estudantes provindos de camadas



mais pobres da sociedade contam com apoio financeiro limitado para financiar os próprios estudos, de modo que, alguns estudantes contam apenas com pequenas bolsas de estudos para se manterem na universidade, e outros, nem isso. Geralmente, as bolsas de estudos são as formas de assistência estudantil mais comuns nas Instituições de Ensino Superior, no entanto, são incapazes de cobrir toda a comunidade estudantil, sem contar que, o valor das bolsas não consegue acompanhar os custos para sobreviver na diária (SILVA; SAMPAIO, 2022).

Além de tudo, para estudantes de fora, que vêm de outras cidades para cursar a graduação, os problemas financeiros também podem tomar uma dimensão bem complicada, pois, as despesas com aluguel, alimentação e transporte podem consumir acima do esperado, sobretudo, quando esses estudantes estão longe de casa e da rede de apoio com quem podem contar, como, por exemplo, parentes e amigos. Assim, na busca por alternativas de permanência no curso, muitos estudantes recorrem à alternativa de dividir apartamento, na intenção de diminuir os custos do cotidiano até a conclusão do curso. Todavia, não se fala muito na qualidade de vida desses estudantes, pois, são muitas as realidades em que os estudantes encontram dificuldades em somar momentos de lazer à sua rotina acadêmica, impactando em questões de caráter psicológico/emocional, e, conseqüentemente, também nos estudos. Em atenção a isso, Abreu e Ximenes (2021, p. 1) respaldam quanto a importância em compreender a realidade dos estudantes para além das questões de natureza financeira:

O fenômeno da pobreza passa a ser compreendido em múltiplas dimensões, não apenas pela falta de dinheiro, ao considerar desigualdades de oportunidades, possibilidades e capacidades, o que abrange acesso aos serviços de educação, saúde, lazer, cultura, moradia, entre outros. Entre esses aspectos, as questões subjetivas também são investigadas

Com base nisso, é possível observar que os problemas de ordem financeira têm uma influência forte na vida dos estudantes, repercutindo em suas escolhas ou até mesmo na ausência dessas escolhas, trazendo, novamente, ao problema com a evasão da universidade. Isto também é notado por Zago (2006, p. 235):

Não raro, às dificuldades econômicas associam-se outras, relacionadas ao quadro complexo da condição estudante. Há uma luta constante entre o que gostariam de fazer e o que é possível fazer, materializada em uma gama variada de situações: carga horária de trabalho, tempo insuficiente para dar conta das solicitações do curso e outras, de ordem social e cultural, condicionadas pelos baixos recursos financeiros (privar-se de cinema, teatro, espetáculos, eventos científicos, aquisição de livros e revistas etc.).

Assim, compreende-se que as dificuldades dos estudantes em permanecer na universidade até a conclusão do curso são multidimensionais, perpassando para além das



condições financeiras. Como bem aponta Zago (2006), os sacrifícios e os esforços dos estudantes são constantes, principalmente, para aqueles que enfrentam uma tripla jornada diária: trabalhar, estudar e cuidar de casa. Isso também colabora para que o lazer e as opções de entretenimento tornem-se cada vez menores na realidade estudantil, enquanto que as responsabilidades e deveres, cada vez maiores (ZAGO, 2006; PAULA, 2017). Seguindo a ideia, entende-se que:

O tempo investido no trabalho como forma de sobrevivência impõe, em vários casos, limites acadêmicos, como na participação em encontros organizados no interior ou fora da universidade, nos trabalhos coletivos com os colegas, nas festas organizadas pela turma, entre outras circunstâncias. (ZAGO, 2006, p. 235)

As dificuldades financeiras começam a se interligar com as dificuldades de caráter pedagógico, pois, a rotina de trabalho acaba por interferir no engajamento dos estudantes trabalhadores, de modo que, esses estudantes acabam sendo atingidos pela falta de tempo, pelo cansaço e pelo desânimo com os estudos. Isso pode ser compreendido, também, entre as características da pobreza, pois, como apontam Silva (2010) e Medeiros (2021), a pobreza é um fenômeno estrutural que vai muito além do que as pessoas imaginam, pois, ela não se limita apenas às questões de ordem financeira, mas, também, a outras condições determinantes da precarização na qualidade de vida de alguém.

Com base nisso, para além das dificuldades de ordem econômica, outras são observadas por Paula (2017) e que também impactam na permanência na universidade, sendo elas, as dificuldades de natureza pedagógica e simbólico-subjetiva. Paula (2017) afirma que as dificuldades de natureza pedagógica também são bastante recorrentes na vida acadêmica, influenciando também na questão da evasão. Segundo a autora, esse tipo de dificuldade tem como pilar principal aquelas necessidades pedagógicas que não foram supridas durante a etapa da educação básica. Para ela:

As dificuldades de ordem pedagógica relacionam-se ao fato dos estudantes de baixa renda possuírem menor capital cultural e social, muitos vindos das escolas públicas de nível médio, com infra-estrutura deficitária e menor qualidade em relação às escolas de elite, não estando preparados para enfrentar os desafios dos cursos universitários (PAULA, 2017, p. 311)

Desse modo, trata-se de uma dificuldade que antecede ao contato com a universidade, mas que também se interliga com a questão da vulnerabilidade social pela qual uma parcela considerável dos estudantes já enfrenta desde o início da vida acadêmica. Complementando, Abreu e Ximenes (2021, p. 7) afirmam que esse tipo de dificuldade atravessa memórias e experiências da educação básica desses estudantes, pois: “o aspecto pedagógico é atravessado



pelos desafios relativos ao rendimento acadêmico, ao considerar que os currículos e as práticas pedagógicas podem estar distantes da realidade educacional dos estudantes pobres.”. Essas fragilidades acabam acompanhando os estudantes em todo o seu percurso acadêmico, de modo que, ao ingressar na universidade, essas fragilidades podem acabar se intensificando, a partir do momento em que esses estudantes sentem dificuldade em acompanhar os conteúdos repassados na universidade. Assim, entende-se que essas fragilidades são estruturadas na pobreza, gerando lacunas de caráter cultural e/ou social, influenciando diretamente no desempenho acadêmico dos estudantes mais pobres. Alinhado a isso, a universidade também apresenta seu próprio rigor e exigências, dificultando no acompanhamento do conteúdo e, conseqüentemente, influenciando em sua permanência no curso. Nessa mesma perspectiva, Silva, Pessanha e Costa (2018, p. 238) afirmam que:

As facetas das desigualdades de acesso e de permanência no ensino superior se tornam mais nítidas quando atentamos para as dificuldades causadas pela carência de uma educação escolar de qualidade que possibilite equidade no momento da disputa por uma vaga na universidade.

Essa lacuna na bagagem acadêmica pode interferir também no sentimento de pertencimento do estudante no espaço universitário e, conseqüentemente, ocasionando na possibilidade de evasão, sobretudo, quando o estudante se vê incapaz de acompanhar o ritmo e/ou as exigências do curso ao qual está vinculado. Tontini e Walter (2014) apontam o sentimento de frustração como um grande indicador quando o assunto é a evasão, pois, trata-se de um rompimento com relação às expectativas daquele estudante, sejam elas de aspecto pessoal ou profissional. Rebouças, Marinho e Silva (2022, p. 590) também apontam para isso, destacando que:

O ingresso ao ensino superior pode ser entendido por muitos como uma realização pessoal, uma vez que, por meio de cursos de graduação, os sujeitos podem atuar profissionalmente no mercado de trabalho, operando em tarefas com as quais se identificam.

A partir disso, entende-se que o sentimento de desânimo com o curso também se intensifica a partir do momento em que o estudante se vê distante das possibilidades de engajamento com o curso, pois, em muitos dos casos ele deseja participar de atividades extracurriculares, no entanto, se vê impedido, em função do pouco tempo, os choques com o trabalho, o cansaço ou até mesmo com a falta de incentivo em casa para tais participações. Segundo Garcia, Lara e Antunes (2021), cada curso tem suas próprias exigências e



particularidades, de modo que, nem sempre o estudante conseguirá estar de acordo com essas exigências, o que também se entrelaça no estímulo à evasão.

Outras dificuldades na permanência, além das de ordem econômica e pedagógica, são apontadas por Paula (2017), sendo elas, as dificuldades de caráter simbólico-subjetivo. Nesse sentido, “As dificuldades de ordem simbólico-subjetiva referem-se a uma inclusão excludente efetuada no interior das Universidades federais, que continuando elitistas, não estão voltadas para receber uma clientela de origem popular” (PAULA, 2017, p. 311), de modo que, aqueles estudantes que se enquadram entre as classes sociais mais pobres, podem passar por um acolhimento limitado dentro daquele espaço. Não muito distante, sujeitos inseridos entre outros recortes sociais, como, gênero, sexualidade e étnico-racial, também encontram dificuldades com relação à inclusão, como afirmam Rebouças, Marinho e Silva (2022, p. 591):

aqueles que são postos à margem da sociedade por serem diferentes, enfrentam maiores dificuldades para se inserirem nos espaços sociais, pois em toda a sua trajetória de vida, esbarram em cenários de opressão e silenciamento. Vê-se que as relações de dominação sobre os sujeitos refletem de linhagens de pensamentos e/ou ações racistas, machistas, homotransfóbicas e demais categorias de opressão por diferenças. Assim, a punição aos corpos considerados “diferentes” é maior, pois estes passam por constantes violências simbólicas, culturais, patrimoniais, psicológicas e físicas, vítimas do preconceito e da estrutura social que despreza as diferenças.

A partir das colocações de Rebouças, Marinho e Silva (2022), compreende-se que as dificuldades de ordem simbólico-subjetiva se alinham a um processo de exclusão social, tendo em vista a exclusão ou afastamento acerca das atividades sociais por conta das diferenças, situadas entre os recortes de gênero, classe, sexualidade, étnico-racial, etc. Frente a isso, o sentimento de pertencimento ao espaço da universidade acaba sendo violado e, posteriormente, convertendo-se no abandono daquele ambiente. Para Alves e Cordazzo (2021) o sentimento de pertencimento na universidade é algo fundamental, estando intrínseco, também, à saúde mental dos estudantes, pois, sem ele, torna-se mais conflituosa a estadia em determinado espaço, conseqüentemente, afetando na permanência (AÑAÑA, 2020).

Em último ponto, considera-se que as dificuldades de caráter simbólico-subjetivo agem, muitas das vezes, de forma sutil, de modo que, podem acabar afetando na vida dos estudantes sem que percebam, trazendo, assim, a necessidade de colocar em vista esse e outros assuntos interligados à permanência e à evasão no ensino superior.



4 Considerações finais

Mediante aos resultados, foi possível identificar uma série de questões que conduzem ao fenômeno da evasão estudantil no ensino superior, no entanto, as principais causas apontaram para os conflitos de ordem econômica, pedagógica e simbólico-subjetiva. Ainda assim, são muitos os escapes para o fenômeno da evasão estudantil no ensino superior, afinal, os estudantes vivenciam outros contextos além da universidade, de modo que, podem ocorrer dificuldades que fogem ao alcance acadêmico.

Um outro ponto observado é que embora a par de determinadas iniciativas governamentais acerca do ingresso nas universidades públicas no Brasil, compreendeu-se que isto não é tudo. Se, por um lado, há uma preocupação com o acesso ao ensino superior, mas, por outro, não há com a permanência na instituição, se ocasionará, então, uma grande incerteza com relação à conclusão do curso e, conseqüentemente, redirecionando para a problemática da evasão estudantil.

Como visto, a evasão estudantil, representa uma perda não apenas para o aluno, mas, também, para a própria sociedade, que perde a oportunidade de receber aquele profissional da área. Isso revela a necessidade no aumento de políticas voltadas à permanência estudantil no ensino superior, a fim de reduzir e/ou sanar as taxas de evasão no espaço acadêmico, sobretudo, por questões de ordem econômica/financeira.

Além disso, a interação social na universidade acerca do tema da evasão estudantil também é um ponto fundamental no combate a esse fenômeno, contribuindo, também, na construção dos conhecimentos acerca do tema e na formação complementar dos estudantes, afinal, por meio das relações universitárias também se fortifica o incentivo ao desenvolvimento de estudos e pesquisas, assim como, na construção de um espaço baseado na democracia e na pluralidade.

Ressalta-se que a universidade deve ser povoada por todas as pessoas, assim como, receber e estar apta a receber todas essas pessoas, independente de quem sejam. A presença única da elite na universidade deve ser rompida, de modo que a universidade seja frequentada por todas as pessoas. Ainda, as identidades devem ser respeitadas independentemente de qualquer coisa, assim como, também devem ser respeitados os aspectos socioculturais e subjetivos de cada um.



Para mais, o trabalho acentuou sua relevância a partir da visualização acerca da importância em acompanhar não apenas os fenômenos emergentes do contexto educacional vigente, mas também com relação ao acompanhamento sistemático dos sujeitos que ingressam e buscam permanecer nas Instituições de Ensino Superior no Brasil, o que vem ao encontro da manutenção da própria sociedade, a partir de perspectivas firmadas na democracia no acesso à educação superior, na igualdade e na equidade dos direitos humanos.

Referências

ABREU, Márcia Kelma de Alencar; XIMENES, Verônica Moraes. Pobreza, permanência de universitários e assistência estudantil: uma análise psicossocial. **Psicologia USP**, v. 32, n. 200067, p. 1-11, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psusp/a/pBtyBfxJqkXbvzwVvcQprzS/?format=pdf>. Acesso em: 01 ago. 2023.

ALVES, Ícaro de Oliveira; CORDAZZO, Karine. AS ENTIDADES ACADÊMICAS COMO FERRAMENTAS PARA A EFETIVAÇÃO DO SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO À UNIVERSIDADE. **Revista Jurídica Direito, Sociedade e Justiça**, v. 6, n. 8, p. 1-4, 2021. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/RJDSJ/article/view/4095/3156>. Acesso em: 04 ago. 2023.

AÑAÑA, Edar da Silva et al. O SENTIDO DE PERTENCIMENTO ACADÊMICO ATRAVÉS DA MOTIVAÇÃO, ATRATIVIDADE E INTEGRAÇÃO À SOCIEDADE: A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DE TURISMO DE UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO SUL DO BRASIL. **REUNA**, Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 18-38, 2020. Disponível em: <https://revistas.una.br/reuna/article/view/1148/794>. Acesso em: 04 ago. 2023.

BARROS, Yasmin da Silva; NETO, Ruy de Deus e Mello. Pesquisadores na graduação: Iniciação Científica no contexto das políticas de ação afirmativa no Ensino Superior. **Rev. Pemo**, v. 4, n. 48636, p. 1-17, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/8636/8238>. Acesso em: 01 ago. 2023.

BUENO, José Lino Oliveira. A evasão de alunos. **Paidéia**, n. 5, p. 9-16, 1993. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/6F8TQObf5N3ZsDPGzJJXj9p/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 ago. 2023.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 5-15, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/n5nc4mHY9N9vQpn4tM5hXzj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 ago. 2023.

COSTA, Clara Corrêa da; GONÇALVES, Helenice Maia. Formação pedagógica no curso de pedagogia: indefinições e desafios. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, v. 24,



n. 2, p. 631-649, 2020. Disponível em:
<https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/13772/9120>. Acesso em: 01 ago. 2023.

CRESWELL, John Ward. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. 248p.

GANAM, Eliana Almeida Soares; PINEZI, Ana Keila Mosca. DESAFIOS DA PERMANÊNCIA ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIA: UM ESTUDO SOBRE A TRAJETÓRIA DE ESTUDANTES ATENDIDOS POR PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL. **Educação em Revista**, v. 37, n. 228757, p. 1-18, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/LXtF95VpbYyzkJTJtkxLrsw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 ago. 2023.

GARCIA, Léo Manoel Lopes da Silva; LARA, Daiany Francisca; ANTUNES, Franciano. Investigação e Análise da Evasão e Seus Fatores Motivacionais no Ensino Superior: um estudo de caso na Universidade do Estado de Mato Grosso. **Avaliação**, v. 26, n. 1, p. 112-136, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/4653/4272>. Acesso em: 14 jul. 2023.

IRINEU, Bruna Andrade. **Nas tramas da política pública LGBT: um estudo crítico acerca da experiência brasileira (2003-2015)**. 1. ed. Cuiabá: EdUFMT, 2019. 326p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 311p.

MEDEIROS, Maria Eduarda de Oliveira Bezerra. **CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE ESCOLAS PÚBLICAS EM CONTEXTOS DE POBREZA: OLHARES QUE SE ENTRECruzAM**. 116f. Monografia (Curso de Pedagogia) - Faculdade de Educação - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2021.

MEDEIROS, Maria Eduarda de Oliveira Bezerra; MEDEIROS, Arilene Maria Soares de. Gestão escolar democrática e vulnerabilidade social. **Rev. Pemo**, v. 4, n. 48747, p. 1-25, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/8747/8264>. Acesso em: 02 ago. 2023.

NEGRÃO, Felipe da Costa; SANTOS, Marcio Gonçalves dos. Temas de gênero e sexualidade no ensino superior: a visão de acadêmicas de pedagogia de Manaus. **Perspectivas em Diálogo**, v. 7, n. 14, p. 176-198, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/9241/7260>. Acesso em: 01 ago. 2023.

NETO, Arnaldo Lopo Mont'alvão. TENDÊNCIAS DAS DESIGUALDADES DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: 1982-2010. **Educ. Soc.**, v. 35, n. 127, p. 417-441, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/Pn4CQVyJ8Y5M3rZ6Tkdngzq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 ago. 2023.

OLIVEIRA, Jonas de Paula. **ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR PELO ENEM/SISU: uma análise da implementação nas universidades sul-mato-grossenses**. Dissertação



(Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/669/1/JonasdePaulaOliveira.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2023.

PAULA, Maria de Fátima Costa de. Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década. **Avaliação**, v. 22, n. 2, p. 301-315, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/KYs6H9L5YpppTCZHpHGd8SK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 31 jul. 2023.

REBOUÇAS, Willame Anderson Simões; MARINHO, Iasmin da Costa; SILVA, Yatamuri Rafaelly Cosme da. Comunidade LGBTQIA+ e as condições de acesso e permanência no ensino superior. **Revista de Estudos Feministas e de Gênero**, v. 1, n. 1, p. 582-602, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/dgenerus/article/view/2072/1619>. Acesso em: 01 ago. 2023.

SANTOS, Silvano Messias dos; FREIRE, Rebeca Sobral. Acesso e permanência na educação superior como direito: sobre os impactos das políticas de assistência estudantil e ações afirmativas na UFOB. **Avaliação**, v. 27, n. 2, p. 260-280, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/LFMj3QJpFMfLYtKC436mpsH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 ago. 2023.

SILVA, Amanda Gonçalves da; PESSANHA, Joyce Soares; COSTA, Mariane Brito da. POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO BRASILEIRO: o caso da UFRJ. **Movimento-Revista de Educação**, v. 5, n. 9, p. 220-244, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32682/18830>. Acesso em: 01 ago. 2023.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Revista Katálysis**, v. 13, n. 2, p. 155-163, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/8BFXyRfRdVDYkLvvgKdMwxQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 ago. 2023.

SILVA, Polyana Tenório de Freitas e; SAMPAIO, Luciano Menezes Bezerra. Políticas de permanência estudantil na educação superior: reflexões de uma revisão da literatura para o contexto brasileiro. **REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, v. 56, n. 5, p. 603-631, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/XcTGnqJTkq9wdJZZ4PpwqFd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 jul. 2023.

SOUZA, Sirlei de; LAPA, Fernanda Brandão; MAFRA, Daniela. Os desafios do acesso e da permanência no ensino superior: experiências de uma universidade comunitária. In: X CIDU: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA, 2018, Porto Alegre. **Anais** [...] Porto Alegre, 2018. p. 1-12. Disponível em:



<https://ebooks.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/cidu/assets/edicoes/2018/arquivos/17.pdf>.

Acesso em: 02 ago. 2023.

TAKARA, Samilo. Você já se sentiu odiado hoje? Pedagogias culturais do ódio acerca das desobediências da normalidade. **BAGOAS**, v. 13, n. 20, p. 225-263, 2019. Disponível em:

<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/19465/12860>. Acesso em: 02 ago. 2023.

TONTINI, Gerson; WALTER, Silvana Anita. PODE-SE IDENTIFICAR A PROPENSÃO E REDUZIR A EVASÃO DE ALUNOS? AÇÕES ESTRATÉGICAS E RESULTADOS TÁTICOS PARA INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. **Avaliação**, v. 19, n. 1, p. 89-110, 2014. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/aval/a/vBfjhGhKRRwTZ3mBjWHKvcv/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 01 ago. 2023.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 32, p. 226-237, 2006. Disponível em:

<http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/v11n32/v11n32a03.pdf>. Acesso em: 01

ago. 2023.
